

Representações sociais sobre a agricultura de jovens em idade escolar no Norte de Portugal: estudo-piloto com jovens em escolas de diferentes contextos. Este artigo está focado na análise das representações sociais sobre a agricultura em jovens em idade escolar, na tentativa de aceder às suas percepções, imagens e significados, ao modo como as construíram e as comunicam e às eventuais implicações dessas percepções. Para tal, procedeu-se à constituição de grupos focais, tendo os dados sido analisados pelo software de análise de conteúdo MAX QDA PLUS 2020. Os resultados refletem a dinâmica de pensamento sobre a agricultura bem como o universo semântico dos jovens sobre esta atividade, sugerindo uma influência do contexto socioeconómico e geográfico na construção das representações sociais sobre a mesma. Por outro lado, os resultados apontam, na maioria dos casos, para um contacto muito superficial e desfocado com este objeto.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura; jovens; representações sociais.

Social representations of agriculture among schoolchildren in northern Portugal: a pilot study with young people in schools from different contexts. This article focuses on analysing the social representations of school-age young people about agriculture, in an attempt to gain access to their perceptions, images and meanings, how they construct and communicate them and the possible implications of these perceptions. To this end, focus groups were set up and the data was analysed using MAX QDA PLUS 2020 content analysis software. The results reflect the dynamics of thinking about agriculture as well as the semantic universe of young people about this activity, suggesting an influence of the socio-economic and geographical context on the construction of social representations about it. On the other hand, the results point, in most cases, to a very superficial and dislocated contact with this object.

KEYWORDS: agriculture, young people, social representations.

ANA RUTE PIMENTA CARDOSO

CARLOS FONSECA

ARTUR CRISTÓVÃO

Representações sociais sobre a agricultura de jovens em idade escolar no Norte de Portugal: estudo-piloto com jovens em escolas de diferentes contextos

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma atividade económica vital para a sociedade e cujo desenvolvimento tem claros impactos na coesão de um país, em diferentes planos (económico, social, ambiental e cultural). Desenvolvida e assente em diversas áreas, desde a genética, biologia ou ecologia até à bioquímica, mecânica ou robótica, a agricultura, à semelhança de outras áreas, necessita de muito investimento em conhecimento para poder acompanhar e responder aos diversos desafios que se lhe colocam: satisfação das necessidades alimentares de uma população em crescimento sem comprometer o esgotamento das reservas naturais e o equilíbrio dos ecossistemas, alterações climáticas, escassez de mão de obra, entre outros (Bucci, Bentivoglio e Finco, 2018; European Parliament, 2014; Specht *et al*, 2013; Pretty, 2007; Batista, 2023; Sonnino, 2011).

Esse conhecimento, produzido nas universidades, empresas e instituições públicas e privadas, cruzado com o conhecimento ancestral de uma atividade económica tão antiga como é a agricultura, deve por força ser partilhado com as gerações mais novas, de modo a que estas lhe possam dar continuidade e responder aos novos desafios que se colocam e antecipam. Para isso será necessário um maior número de agricultores jovens com formação (académica e/ou profissional) e estruturas (também elas rejuvenescidas) de apoio adequadas, sejam estas universidades, escolas agrícolas, serviços públicos, associações de produtores ou outras onde o conhecimento possa fluir de forma dinâmica.

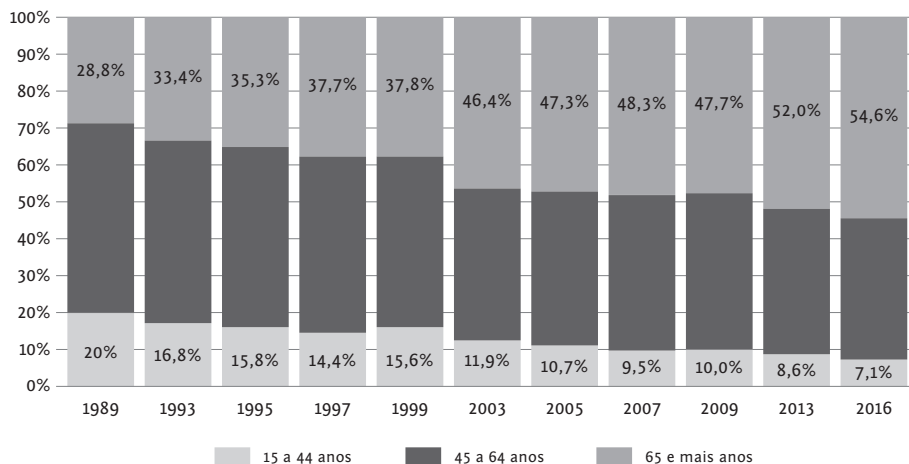
É neste contexto que faz sentido questionar a forma como poderá a agricultura, com uma base populacional cada vez mais envelhecida e com baixa formação, fazer face às múltiplas exigências que se lhe apresentam e, sobretudo, o que pode ser feito para reverter a situação atual.

Este estudo propõe o recurso a uma área da psicossociologia – o estudo das representações sociais – para procurar entender a forma como os jovens construíram e constroem o seu pensamento acerca da agricultura e se esse pensamento os pode estar a afastar desta atividade. O objetivo central é perceber o pensamento social sobre a agricultura que é produzido em grupos de jovens em idade escolar, vivendo em diferentes contextos territoriais, com maior ou menor proximidade ao meio rural, e o modo como eles a comunicam, difundem e sobre ela constroem imagens, com o intuito de nos tentarmos aproximar das implicações que essas representações poderão ter para o futuro da agricultura.

AGRICULTURA: DO ENVELHECIMENTO ÀS ASPIRAÇÕES DOS JOVENS

Os dados do último *Recenseamento Agrícola do Continente* (INE, 2019) confirmam o continuado envelhecimento do sector, observado também nas últimas décadas (ver gráfico 1). Os produtores agrícolas singulares em 2019 eram maioritariamente homens (67,1%) e tinham em média 64 anos, enquanto os dirigentes das sociedades agrícolas, também maioritariamente homens

GRÁFICO 1
Estrutura etária dos produtores agrícolas, 1989-2016



Fonte dos dados: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP, 2017)

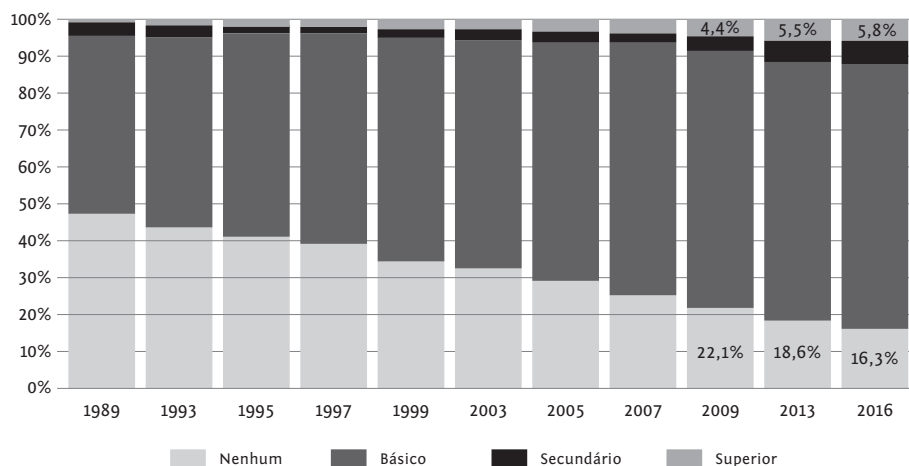
(84,9%), tinham em média 51 anos. O mesmo recenseamento indica que só 46,3% dos produtores agrícolas singulares concluíram o ensino básico e 53% tinham formação agrícola exclusivamente prática, enquanto o número de produtores com formação superior nos domínios da agricultura e floresta era de apenas 1,3%. Quanto aos dirigentes das sociedades agrícolas, 48,1% tinham formação superior e 19,1% possuíam habilitações específicas em ciências agrárias; no entanto, cerca de um quarto apenas tinha formação agrícola prática. O baixo nível de formação também se mantinha em linha com o observado nas últimas décadas (ver gráfico 2).

O envelhecimento do setor agrícola é também uma realidade e preocupação a nível europeu. Um relatório produzido pela Comissão Europeia (2017) refere: “Apenas 5,6% de todas as explorações agrícolas europeias são geridas por agricultores com menos de 35 anos, enquanto mais de 31% de todos os agricultores têm mais de 65 anos. Estes números levantam preocupações sobre a competitividade futura da agricultura europeia e a garantia da produção alimentar nas próximas décadas.”

Para além da economia, como foi inicialmente referido, a agricultura interfere com toda a estrutura social, cultural e ambiental de um país. Interfere na economia porque permite aumentar a riqueza nacional, quer pelo aumento do Produto Interno Bruto, quer pelo equilíbrio da balança comercial, quer ainda pela criação de postos de trabalho resultantes diretamente da produção agrícola e indiretamente de outros serviços. Interfere na sociedade pelo facto de dever garantir o acesso das populações a bens alimentares em quantidade e

GRÁFICO 2

Estrutura dos produtores agrícolas por nível de escolaridade completo, 1989-2016



Fonte dos dados: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP, 2017).

qualidade, produzidos através de uma adequada gestão dos recursos naturais e com respeito pelo ambiente. Interfere ainda coesão territorial porque afeta a defesa de valores paisagísticos, culturais e identitários de um país (Benayas *et al.*, 2007), para além da própria ocupação dos territórios rurais, cada vez mais ameaçados pelo círculo vicioso de menos população, menos infraestruturas sociais e menos atividade económica (Pointereau *et al.*, 2008).

A agricultura também tem ligações com o ambiente porque, em situações de abandono, a paisagem vê a sua heterogeneidade reduzir-se em função de uma maior homogeneidade da vegetação, os solos ficam mais sujeitos à erosão e desertificação, com uma menor disponibilidade de água (Benayas *et al.*, 2007), e regista-se um aumento da frequência e da intensidade dos incêndios (Moreira e Russo, 2007). Por outro lado, os processos que decorrem nos ecossistemas são alterados e um conjunto de habitats seminaturais e de espécies associadas com importância ao nível da conservação veem-se ameaçados (Keenleyside e Tucker, 2010).

A proporção das terras dedicadas ao autoconsumo das famílias vê-se diminuída e acentua-se um problema de sucessão nas explorações agrícolas por parte das gerações mais jovens (Su, Okahashi e Chen, 2018). O problema da sucessão é, aliás, referido por Sottomayor, Tranter e Costa (2011) como um dos principais motivos para o abandono da atividade agrícola por parte de muitos agricultores, que em muitos casos e perante a perspetiva de ausência de sucessores, vão investindo cada vez menos nas suas explorações, quer ao nível da diversificação de culturas e atividades, quer na intensificação das suas produções.

De acordo com Miller (2010), White (2012), Barr (2014), Matte e Machado (2016) e Widiyanti, Setyowati e Ardianto (2018), parece ser consensual que, para se dedicarem à agricultura, os jovens necessitam de diferentes estímulos. Entre estes destacam-se o acesso à terra, o acesso ao crédito e a obtenção de rendimentos adequados. A falta de serviços nos meios rurais onde esta atividade se desenvolve é também referida como um potencial bloqueio à fixação das populações no meio rural e na profissão. Pode então perguntar-se se os jovens adeririam à agricultura em muito maior número caso estas questões fossem, até certo ponto, resolvidas.

Os estudos dos autores acima mencionados parecem indicar que a resposta será negativa e que será importante dar particular atenção às aspirações e expectativas dos jovens relativamente à sua vida e escolhas profissionais. White (2012, p. 9) refere que “perceber a vida dos jovens requer olhar ao mesmo tempo para o modo como a juventude é ‘construída’ (imaginada e representada como categoria social, económica e política relevante) e como é efetivamente experienciada pelos jovens. O desfazamento frequente entre

estas duas dimensões pode ser a chave para entender os jovens”. Leavy e Smith (2010) destacam que os fatores determinantes na construção das aspirações dos jovens incluem o contexto económico, normas e costumes sociais, influência dos pais e amigos, aspetos socioeconómicos, *media*, experiências passadas e relações de género. Tal significa que

as aspirações individuais podem variar muito de uma geração para a outra, pelo que uma abordagem longitudinal poderá ser necessária para expor as ligações entre aspirações e resultados/ações dos jovens. Essas ligações e as suas implicações permitirão entender o modo como os jovens de hoje poderão contribuir para desenvolvimento da agricultura. [Leavy e Smith, 2010, p. 10]

Ora as aspirações têm como ponto de partida as representações sociais, sendo que estas últimas têm, segundo Abric (1994), entre outras funções, a de guiar as decisões, atitudes e comportamentos dos indivíduos em relação a um objeto. Pode assim dizer-se que as representações sociais precedem e contribuem para a elaboração das aspirações que resultarão, por sua vez, num esforço de adesão (Loué e Sarrouy-Watkins, 2020).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Segundo Jodelet (1989, p. 31), “há uma necessidade constante de saber como nos situamos e que lugar ocupamos relativamente ao mundo que nos rodeia. É preciso, a todo o momento, ajustarmo-nos a esse mundo e tentarmos dominá-lo fisicamente ou intelectualmente e identificar e resolver os problemas que ele nos coloca. É por esse motivo que fabricamos representações”, acrescentando esta autora que “neste mundo não estamos isolados da vida social, mas partilhamo-lo com outros em quem nos apoiamos (por vezes na convergência, outras no conflito) para compreendê-lo, geri-lo ou afrontá-lo. É por esse motivo que as representações são sociais”.

As representações sociais são uma área da psicossociologia que permite aceder e descrever de modo sistemático diferentes visões do mundo de um indivíduo ou de um grupo. A análise dessas formas de pensar, agir e comunicar permite refletir e ajuda na compreensão de diversos fenómenos sociais (Garnier, 2000). Esta área de estudo poderá, deste modo, dar um contributo importante para a compreensão das imagens e significados que os jovens foram construindo e atribuindo à agricultura, e para o entendimento do que poderá estar a influenciar essas construções e as suas implicações.

Moscovici, o psicossociólogo que é considerado o pai deste conceito/teoria, atribui às representações sociais a função primeira de tornar ‘familiar’

aquilo que inicialmente era não ‘familiar’, sugerindo o termo ‘familiar’ uma aproximação do indivíduo a um objeto até aí desconhecido, mas que pela permanência de contacto passa a assumir-se como natural. Nesse processo, pelo qual se constitui familiar o que era não familiar, Moscovici (2000) define duas fases inseparáveis, que ocorrem de modo articulado, a ancoragem e a objetivação, que serão seguidamente caracterizadas e ilustradas na imagem 1.

A **ancoragem** é um mecanismo que se desenvolve através da aproximação a um objeto que até aí nos era estranho e desconhecido (processo de familiarização). Essa aproximação pode ser visual (observação do objeto), verbal (objeto que chega por diversos meios de comunicação escrita ou oral), social (através da conversa) e resulta progressivamente numa categorização e num resgate do objeto para o mundo real (mundo conhecido). Essa categorização é influenciada pela experiência positiva ou negativa que a aproximação ao objeto produz e será com base nessa experiência que o objeto será resgatado para o real e tornado familiar (Moscovici, 2000).

Quando um indivíduo passa a falar desse objeto, a utilizá-lo e a integrá-lo na sua linguagem, está a exercer um mecanismo de **objetivação**. Já não se trata de um objeto estranho, mas de algo que passou a ser natural através de um processo mais ou menos consciente, mais ou menos assimilado e filtrado consoante as suas referências sociais, históricas e ideológicas e o próprio interesse que esse objeto nele despertou (Spink, 1993).

O processo de objetivação (organização das componentes da representação social) envolve três etapas: a construção seletiva, a esquematização estruturante e a naturalização. Na construção seletiva, o indivíduo descontextualiza e filtra as informações que recebeu do objeto, retendo os componentes que lhe são mais familiares e que consegue encaixar no seu sistema de valores, normas sociais e contexto cultural. Na segunda etapa, o indivíduo recorre a informações e dados que já possui para compreender aquilo que lhe é apresentado como novo

IMAGEM 1

Ilustração do processo de ancoragem/objetivação



(formação do núcleo figurativo). Na terceira e última etapa, os conceitos organizados adquirem uma imagem, onde o abstrato foi sendo progressivamente abandonado e substituído por uma nova realidade concreta que o indivíduo reconhece e passa a comunicar de modo natural. O conceito está cristalizado e passa a ser considerado como elemento da própria realidade (Cabecinhas, 2009).

Trata-se de um processo que, no seu todo, poderia ser equiparado ao de uma digestão – um indivíduo recebe a informação (ingere), filtra, rejeita, acumula, transmite – que resulta na contínua reconstrução e reinterpretação do mundo real que cada indivíduo faz de modo único, pela singularidade da sua experiência cognitiva e social (Abric, 1994).

Note-se que este processo de ancoragem e de objetivação não acontece de forma linear ou unilateral, mas cíclica. A ancoragem pode preceder a objetivação (processo pelo qual o não familiar se torna familiar) ou suceder-lhe (utilizar as imagens concretas que resultaram da objetivação para comunicar e relacionar-se em sociedade) (Moscovici, 1961, citado por Cabecinhas, 2009).

A representação do objeto não é, assim, um simples reflexo da realidade, mas uma organização de significados que um indivíduo elabora em sociedade num determinado contexto e desempenhando, de acordo com Abric (1994), várias funções: a função de saber (dar uma explicação e um sentido à realidade, permitindo aos indivíduos compreenderem e desenvolverem uma ação sobre o real); a função identitária (permitir ao indivíduo e aos grupos situarem-se num determinado campo social e a partir daí construir uma identidade individual/social associada a um determinado conjunto de normas e valores sociais e históricos); a função de orientação (funciona como um guia de comportamentos e práticas que define os limites do que é aceitável ou não na sociedade, ou como Abric diz “um guia para a ação”); e a função justificadora (permitir ao indivíduo justificar os seus comportamentos, ações e opiniões).

O CONCEITO SOCIOCOGNITIVO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As representações sociais não se ocupam de processos meramente cognitivos (centrados no indivíduo), mas de processos sociocognitivos (do indivíduo inserido numa sociedade), que são “precisamente o que caracteriza a sua especificidade em relação a outros processos ou mecanismos cognitivos. A análise e a compreensão das representações sociais e do seu funcionamento pressupõem, assim, sempre uma dupla abordagem [...] que qualificamos de sociocognitiva e que integra as duas componentes da representação: a componente cognitiva (que diz respeito ao sujeito e ao seu ponto de vista) e a componente social (aplicação dos processos cognitivos, determinada pelas condições sociais em que são elaboradas e transmitidas)” (Abric, 1994, p. 14). O sujeito não se encontra

separado do objeto quando constrói uma representação, mas relaciona-se com este sempre num determinado contexto (Abric, 1994), interligando dois sistemas cognitivos: o sistema operatório e o metassistema. O primeiro procede à elaboração de associações, inclusões, discriminações e deduções; e o segundo opera sobre ele controlando, verificando e selecionando com a ajuda de regras (Moscovici, 1978).

É exatamente por reunirem estas duas lógicas (psicológica e social) que as representações se tornam de complexa análise, mas também é a presença dessa dupla componente que ajuda a explicar, por exemplo, porque é que a representação integra umas vezes elementos racionais e outras vezes elementos irracionais. No entanto, as representações sociais, mesmo com aparentes contradições, funcionam de forma coesa, exatamente devido à sua componente social que gera regras de ação e de comportamento em sociedade (Abric, 1994), ou seja, “o sistema social/normativo regula normativamente as representações sociais e o sistema cognitivo opera com elas” (Castro, 2002, p. 953).

O próprio conhecimento científico, como refere Moscovici (2000), também não está desligado das questões de carácter social. Por um lado, porque se alimenta do conhecimento de senso comum (procurando confirmá-lo ou não) e este está afeto a um contexto social; depois porque, à semelhança do senso comum, o conhecimento científico está também sujeito ao erro, já que o que se apresenta como um facto hoje poderá mais tarde revelar-se uma ilusão/erro e, por outro lado, porque cada indivíduo possui filtros que lhe realçam uns objetos e tornam invisíveis outros – e esse fenómeno não está desligado das normas e contexto sociais que este “habita” (Moscovici, 2000). É claro que o pensamento científico permite uma maior aproximação ao real, quer pelos instrumentos que usa, quer por estar mais disponível para questionar uma representação quando comparado com o pensamento “natural”, mas “nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos pelas suas representações, linguagens ou cultura” (Moscovici, 2000, p. 35).

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E RURALIDADES

Vários têm sido os estudos de representações sociais sobre o mundo rural, realizados por investigadores em diferentes partes do mundo. Figueiredo (2018), num artigo sobre representações sociais dos territórios rurais em Portugal, atribuiu a heterogeneidade das representações sociais observadas à diversidade das áreas rurais nacionais, assim como à ideologia ‘ruralista’ do Estado Novo e à continuada negligência política a que as áreas rurais têm sido votadas, contribuindo para a construção e a persistência de uma imagem de abandono e ‘atraso’ do rural na opinião pública nacional.

Outros investigadores debruçaram-se sobre as representações sociais sobre a agricultura familiar (Valle *et al.*, 2021), sobre o que o agricultor pensa acerca do seu próprio trabalho (Michel-Guillou, 2010) ou sobre a imagem que os jovens têm sobre o mundo rural (Rye, 2006), entre outros aspetos.

O estudo de Valle *et al.* (2021) permitiu concluir que, numa comunidade de estudantes universitários, a agricultura familiar era considerada uma prática sustentável, cultural, praticada pelo núcleo familiar, produtora de alimentos saudáveis, sem produtos químicos, promotora de qualidade de vida e voltada para autoconsumo, estando estas conceções relacionadas com informações obtidas a partir dos familiares, dos *media* e da comunidade onde se encontram inseridos.

Michel-Guillou (2010), quando entrevistou um grupo de agricultores para procurar entender como estes olhavam para o seu próprio trabalho, distinguiu sobretudo dois eixos: os que se consideravam mais evoluídos e profissionais, porque recorriam ao uso de máquinas e técnicas de produção mais sofisticadas, bem como a mais conhecimentos de agronomia, genética ou informática, por oposição aos que se consideravam não menos evoluídos, pelas suas maiores preocupações ambientais e ligação à natureza. Um outro eixo distingue os que viam a agricultura sempre numa perspetiva económica, de empreendedorismo e competitividade, e os que encaravam a agricultura numa visão mais social. O estudo permitiu revelar que são sobretudo as práticas levadas a cabo pelos agricultores (mais técnicas, mais sociais, economicistas ou amigas do ambiente) que os levam a construir a representação sobre eles mesmos e sobre os outros.

Rye (2006), em entrevistas a grupos de jovens matriculados em escolas secundárias da Noruega, obteve duas leituras diferentes do meio rural. Os que faziam corresponder o rural a um espaço idílico, traduzido por palavras como “cooperação, tranquilidade, tolerância, solidariedade e conhecimento”, e os que o entendiam como um meio aborrecido, traduzido por expressões como “falta de oportunidades, entediante, pouco moderno e pouco sofisticado”. As diferentes posições estavam relacionadas com o estrato social e cultural dos pais, com o género e com a proximidade ou afastamento do rural.

Bonomo *et al.* (2017, pp. 235-236), num estudo sobre representações sociais de “pessoas do meio rural”, refere que “quando se analisa o contexto rural na perspetiva do fenómeno psicossocial destaca-se a complexidade do imaginário que organiza os ambientes rural e urbano, permanentemente construídos e reconstruídos a partir de relações entre grupos sociais que transportam significados que guiam os processos de representação e de identidade”.

Esse estudo indica que, ainda que presentemente haja mais movimentos de afirmação do modo de vida rural (associados a conceitos positivos de partilha

e espírito comunitário), a verdade é que o fenómeno de mobilidade para o meio urbano continua a intensificar-se, denotando, de acordo com estes autores, uma “crescente pressão da hegemonia urbana que deveria ser estudada na perspectiva dos agricultores que, ao longo da história, têm sido associados a estereótipos negativos que os qualificam, por exemplo, como ignorantes e retrógrados” (Bonomo *et al.*, 2017, p. 236).

Por outro lado, como refere Jovchelovitch (2007, citado por Castro, 2014, p. 11): “O passado é lento a evadir-se de representações, podendo emergir conflitos entre os diferentes componentes da representação” e “se alguns componentes podem mudar depressa, outros levam mais tempo e consequentemente atrasam mudanças noutras dimensões, pelo que só mantendo o debate vivo e envolvendo o público e os utilizadores interessados é que todo o processo de mudança poderá ser assegurado, mesmo na presença das leis” (Bronchi *et al.*, 2011, citado por Castro, 2014, p. 11).

METODOLOGIA

A recolha de informação foi feita em quatro grupos focais constituídos por jovens do 9.º ano de escolaridade. No sistema de ensino português, os alunos deparam-se com a sua primeira grande tomada de decisão vocacional no final do 9.º ano de escolaridade, altura em que necessitam de escolher entre um percurso de ensino profissional ou outro regular e, dentro de cada uma destas categorias, terão de escolher uma área de estudos mais específica (Carvalho, 2018). Esse foi o motivo pelo qual os grupos focais envolveram alunos do 9.º ano, para se averiguar se a agricultura seria colocada, nessa fase, como uma hipótese profissional de futuro.

GRUPOS FOCAIS

Os grupos focais (em inglês, ‘focus groups’) são uma das várias ferramentas que os investigadores usam para recolher e/ou validar informação. Aos participantes é permitido dizer o que quiserem, devendo o investigador ouvir não só o conteúdo da discussão do grupo, mas aceder também às emoções, ironias, contradições e tensões do mesmo (Krueger e Casey, 2000). Assim, o investigador poderá apreender ou confirmar não só factos, mas também o significado por detrás dos factos, conferindo a esta metodologia uma das suas grandes vantagens – a produção de introspeção –, de que resultará um retrato de perspetivas locais combinadas (Fern, 2001).

Os grupos focais são, assim, uma técnica de investigação que providencia informação detalhada e rica sobre sentimentos, pensamentos, entendimentos, perceções e impressões das pessoas através das suas próprias palavras

(Liamputtong, 2010), sendo um dos motivos pelos quais faz sentido utilizá-los em estudos de representações sociais.

CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS

Para esta análise, foram constituídos quatro grupos em três distritos distintos: Porto, Bragança e Vila Real. A escolha destes três distritos teve por objetivo a recolha de informação de escolas de diferentes contextos geográfico-sociais: escolas localizadas em áreas com diferentes densidades populacionais e diferentes tecidos socioeconómicos; de um grande centro urbano do litoral e de pequenos centros urbanos do interior; e de maior ou menor proximidade ao meio rural.

Pretendia-se que cada grupo fosse constituído por um mínimo de seis alunos, de um contexto social e cultural semelhante, com afinidades entre eles, tendo em vista criar suficiente dinâmica na discussão que se desenrolava durante aproximadamente uma hora (Liamputtong, 2010).

Essa informação foi fornecida às escolas, que selecionaram as turmas e os respetivos alunos. Resultou, assim, um grupo da escola de Bragança, constituído por seis alunos do 9.º ano (três rapazes e três raparigas entre os 14 e os 15 anos de idade); um grupo da escola de Vila Real, constituído por três alunos rapazes do 9.º ano (todos com 14 anos de idade); um grupo da escola do Porto constituído por seis alunos do 9.º ano (quatro rapazes e duas raparigas entre os 14 e os 15 anos de idade); e, finalmente, um grupo da escola de Amarante constituído por 6 alunos do 9.º ano (três rapazes e três raparigas com 14 anos de idade). Esta última escola pertence também ao distrito do Porto, ainda que no seu limite mais interior, tendo sido selecionada não só pela transição que faz de um centro mais urbano para um mais rural, mas também para compensar a amostra mais reduzida obtida na escola de Vila Real. Os alunos selecionados não tinham tido reprovações em nenhum dos anos anteriores de escolaridade, tinham um bom nível médio de desempenho escolar e familiaridade entre eles, o que permitiu uma melhor participação e uma discussão mais fluida sobre o tema abordado.

O trabalho com cada grupo durou aproximadamente uma hora, tendo sido seguido um guião de perguntas previamente preparado, estruturado em três grupos com temas distintos. O primeiro grupo de perguntas pretendia obter informações sobre o meio onde viviam os alunos e a sua consciencialização sobre esse meio no que diz respeito a paisagem, serviços, população, profissões, atividades económicas e de lazer. O objetivo foi tentar perceber o que era para eles relevante encontrar no sítio onde vivem ou onde gostariam de trabalhar e, ao mesmo tempo, conhecer melhor o grupo e criar empatia com o mesmo.

O segundo grupo de perguntas estava orientado para a escola e concretamente para a área de estudo que pretendiam seguir no futuro. Pretendia-se que os alunos falassem sobre as suas motivações, sobre o que para eles seria importante encontrar numa atividade profissional futura e sobre as possíveis influências familiares ou outras nessas escolhas.

Finalmente, seguiu-se o grupo de perguntas direcionado para o tema da agricultura, visando perceber o nível de familiaridade que teriam com esse tema, as imagens e significados que associavam ao mesmo e a forma como tinham construído essas imagens. Após uma conversa que se pretendia livre e exploratória, ainda que direcionada, este grupo de perguntas terminava com a questão mais concreta: saber se alguma vez tinham colocado a agricultura como uma escolha profissional de futuro.

Foi com base na gravação e transcrição deste último grupo de perguntas que se procedeu à análise de conteúdo das quatro entrevistas, efetuada recorrendo ao programa de análise de conteúdo MAX QDA PLUS 2020.

CÓDIGOS E SUBCÓDIGOS

Após a realização das entrevistas e no decurso da análise de conteúdo das transcrições (último grupo de perguntas), a informação obtida foi agrupada em 14 códigos/temas e 66 subcódigos/subtemas. Os códigos criados foram os seguintes: contacto com a agricultura; fontes de informação sobre a agricultura; influências sobre escolhas futuras; motivação pela agricultura; imagem do agricultor; imagem da agricultura; entendimento sobre a agricultura; sugestões para a agricultura; instrumentos de trabalho; cursos ligados à agricultura; vantagens da agricultura; desvantagens da agricultura; agricultura moderna; agricultura tradicional.

A estratégia metodológica que fundamentou a criação dos 14 códigos resultou das diferentes direções temáticas apontadas pelos jovens e pelo entrevistador, sendo que as do entrevistador seguiram direções já apontadas na bibliografia consultada. Por sua vez, cada um desses códigos principais conduziu a subcódigos relacionados entre si.

Por exemplo, o código ‘contacto com a agricultura’ criado pelo entrevistador contém os seguintes subcódigos: ‘familiar por conta própria’, ‘familiar por conta de outrem’, ‘escola’, ‘idas à aldeia’, ‘visitas a explorações’ e ‘visual’. Ou seja, quando foi perguntado aos jovens que contacto é que estes tinham com a agricultura, eles foram respondendo de diversas formas, como “os nossos avós são agricultores”. Este segmento do texto deu origem ao subcódigo ‘familiar por conta própria’. Quando responderam “eu estive numa quinta de produção de kiwis”, este segmento de texto originou o subcódigo ‘visita a explorações’. E estes agruparam-se todos num único código: ‘contacto com a agricultura’.

Outros casos houve em que a formação de códigos ocorreu de forma diferente, sendo iniciada a partir dos jovens. Por exemplo, a propósito da história de vida dos avós agricultores, um jovem referiu que “não se ganha tanto como noutras profissões”. Esta afirmação transmitia a ideia de ‘baixa remuneração’ (criou-se, assim, o subcódigo com esse nome), aspeto que os jovens consideraram uma desvantagem da agricultura (código: ‘desvantagens da agricultura’).

RESULTADOS

NUVEM DE PALAVRAS

A nuvem de palavras (figura 1) é um dos instrumentos visuais criados pelo programa MAX QDA PLUS. Pode ser obtida a partir das palavras mais frequentemente referidas no conteúdo dos textos. Com uma frequência mínima de duas palavras repetidas e um limite máximo de 30 palavras, a palavra que sobressai é, naturalmente, ‘agricultura’. Associada a esta são referidas com frequência as palavras ‘trabalho’, ‘dinheiro’ e ‘rendimento’. Foi possível obter também referências a trabalho manual, ‘mão’ como oposição a ‘máquinas’, e às dificuldades do trabalho agrícola através da falta de ‘conforto’ e esforço ‘físico’. As palavras ‘aldeia’, ‘avó’ e ‘avô’ estão associadas quer ao local de habitação, quer à atividade agrícola aí desenvolvida e a experiências transmitidas.

VISUALIZAÇÃO E CONEXÕES ENTRE CÓDIGOS

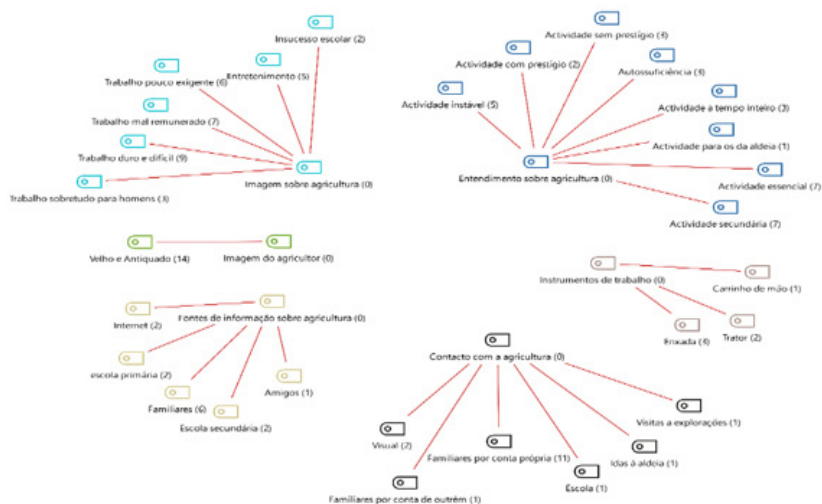
No mesmo programa, e também como instrumento visual, é possível obter as conexões entre os códigos e subcódigos, permitindo uma visualização mais ampla dos resultados. Na figura 2 estão representados os códigos ‘imagem sobre agricultura’, ‘imagem do agricultor’, ‘entendimento sobre a agricultura’, ‘contacto com a agricultura’, ‘instrumentos de trabalho’ e os respetivos

FIGURA 1

Nuvem de palavras



FIGURA 2
Imagens sobre a agricultura (códigos e subcódigos)



subcódigos. A essa figura atribuiu-se o título “Imagens sobre agricultura”, por conter um conjunto de informações que se articulam e se complementam a esse respeito.

Numa tentativa de aceder à proximidade dos jovens ao objeto ‘agricultura’, procurou-se perceber a ‘origem’ desse contacto. Para a maior parte dos jovens, a informação provinha de familiares, particularmente dos avós. A escola, a internet e os amigos também foram referidos. Diretamente relacionado com as fontes de informação está o contacto dos mesmos com o meio agrícola. Esse contacto é sobretudo feito por via de familiares (terrenos agrícolas dos avós), sendo também referidas as hortas das escolas ou hortas urbanas, idas à aldeia ou visitas a explorações. As seguintes evocações são ilustrativas:

“Os nossos avós são agricultores.”

“Antes a minha família paterna trabalhava todo o dia na agricultura, agora a minha avó está doente.”

“No caso da minha avó, sim, era a atividade e fonte de rendimento principal.”

“Eu estive numa quinta de produção de kiwis. Eles colhem kiwis e levam para vender nos supermercados.”

“Eu ia às vezes passear para a aldeia e montanhas e colhíamos uma fruta que colocávamos dentro de um garraão e trazíamos para casa.”

“Eu também vou ajudar a apanhar fruta em Setúbal, onde está a família do meu pai.”

“Nas hortas dos condomínios aqui da cidade.”

“Por exemplo, quando estávamos a dar uma disciplina, como história, lembro-me.”

“Mas a primeira vez foi por internet.”

Terá sido com base nestas fontes e contactos que os jovens foram construindo as imagens e o seu entendimento sobre a agricultura. A maioria dos jovens (que coincide com os contactos com a agricultura ao nível da família) consideram o trabalho agrícola como difícil e duro, mal remunerado e pouco exigente ao nível intelectual. Para muitos não é, aliás, considerado um trabalho profissional, mas sobretudo um entretenimento, percebendo eles a agricultura como uma atividade secundária. Tal não quer dizer que não a considerem essencial, ainda que com pouco prestígio social, instável e realizada por uma população envelhecida e antiquada. São exemplares as seguintes frases:

“Penso mais [na agricultura] como passatempo.”

“Como atividade secundária.”

“Só consigo ver como se fosse um *hobby* e não para a vida.”

“Por exemplo, depois da reforma, ou seja, com a reforma consegues sustentar a tua casa e entreténs-te com a agricultura.”

“Tenho um avô que já morreu por ter tido problemas nas costas de andar com a enxada. Ficou paraplégico.”

“Mais trabalho, mais mão de obra, trabalhos pesados.”

“A minha avó teve muitos problemas por causa disso.”

“Estar ao sol o dia todo, por exemplo. Não tem o conforto de estar numa sala sentado a trabalhar no computador.”

“É sempre a trabalhar mais fisicamente.”

“Não se ganha tanto como em outras profissões.”

“Na agricultura não ia juntar muito dinheiro. Por exemplo, em vez de poder comer todos os dias uma boa refeição ou ir a um restaurante, ia comer pior.”

“Um senhor com um boné e um pau; chapéu de palha; na montanha; com uma sachola na mão; camisa aos quadrados, calças largas a sobrar dobras; sapatilhas grandes.”

“Roupas sujas, calças todas sujas.”

“Pessoas com mais idade.”

“Basicamente, estamos a descrever os nossos avós.”

“Mas a agricultura é mais um esforço físico do que psicológico.”

“Sim, são precisos alimentos de manhã à noite.”

“Porque é o que nós comemos.”

“Basicamente, todos dependemos da agricultura, porque é de lá que vêm os alimentos.”

Confrontados com a possibilidade de seguirem a agricultura como área profissional, a maioria revela desinteresse, havendo os que referem que, se for

bem remunerada e associada à mecanização, seria uma possibilidade de carreira profissional. O desinteresse parece provir essencialmente de ser considerada uma atividade dura, que não conduz a uma boa qualidade de vida em termos de condições de trabalho, remuneração e estabilidade do rendimento, com a agravante de ser necessário um investimento elevado para a realizar. Alguns referem que só em último recurso a seguiriam profissionalmente.

A figura 3 agrupa seis subcódigos: ‘motivação pela agricultura’, ‘influências sobre escolhas futuras’, ‘cursos ligados à agricultura’, ‘sugestões para a agricultura’, ‘vantagens da agricultura’ e ‘desvantagens da agricultura’. A essa figura foi dado o nome de ‘Agricultura – Motivações’, por conjuntamente contribuírem com informações que se complementam a esse respeito.

Para esses códigos/temas foram obtidas as seguintes evocações:

“Se não puder ir para outras áreas vou para a agricultura.”

“Não me desperta curiosidade, só consigo ver como se fosse um *hobby* e não para a vida.”

“Eu acho que a nossa geração agora quer ir mais para médico, enfermeiro.”

“Uma agricultura mais robotizada, mais moderna.”

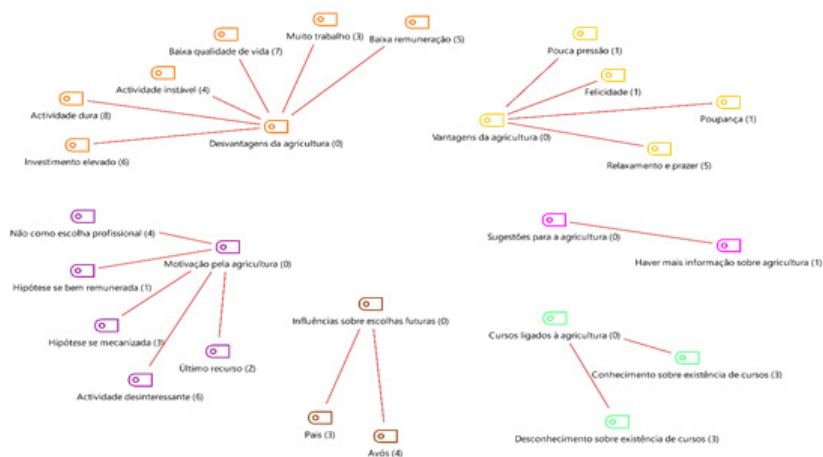
“É um pouco estranho porque a pessoa anda ali a tratar das hortas e de repente vem o mau tempo e destrói tudo.”

“Muitos sacrifícios para depois não ter muitas condições de vida.”

“Não temos capacidade para ter essa agricultura que nos possa dar bons rendimentos.”

“Só o dinheiro que ia gastar.”

FIGURA 3
Agricultura e motivações (códigos e subcódigos)



As influências dos pais e avós nesta falta de motivação parece ser relevante, considerando que pode ser apenas apazível e até relaxante se realizada como atividade secundária.

“O meu avô sempre me disse: tu, vai para médico. Não faças como eu fiz. Se não estudares, arranjo-te um rebanho. Chumbas, tens um rebanho aos teus pés.”

“A minha avó diz que a agricultura é uma coisa boa, mas não é um modo de se viver.”

“A minha mãe não quer que eu vá para a agricultura. Nem o meu pai, nem o meu avô.”

“Não é uma coisa má. Serve para relaxar. Dizem que o contacto com os animais faz bem. Para aliviar o stress.”

“Os meus avós já estão reformados, mas todos os dias vão à aldeia. Eles não vivem na aldeia, vivem cá, mas vão lá todos os dias. Para cuidar e aliviar. Alivia e distraem-se.”

“A agricultura é como o yoga, serve para relaxar.”

Outro aspeto relevante identificado foi que a maioria dos jovens desconheciam a existência de cursos relacionados com a área agrícola, fossem de escolas profissionais ou do ensino superior. No seguimento desse tema, referiram que seria importante dar essa área a conhecer melhor aos jovens.

“A única vez que ouvi falar desse curso foi na psicóloga da escola.”

“Mas há cursos de agricultura?”

“Então como recomendas adubos e produtos? Na agricultura moderna usas produtos químicos, basicamente. Queres ver que se não tiveres estudos vais conseguir conhecer os produtos químicos todos?”

“Por exemplo, eu nem sabia que havia cursos. Se eu não sei, também deve haver muita gente que não sabe.”

AGRICULTURA TRADICIONAL VS AGRICULTURA MODERNA

Embora não fazendo parte do guião inicial, a conversa sobre agricultura permitiu perceber que os jovens distinguiam dois tipos de agricultura, uma mais tradicional e outra mais moderna, como transparece da associação de ideias representada na figura 4.

AGRICULTURA TRADICIONAL

Para os jovens, a agricultura tradicional é uma agricultura praticada por uma população envelhecida, em parcelas de pequena dimensão e assente sobretudo no trabalho manual. Tratar-se-ia de uma agricultura para autoconsumo, de carácter familiar e com elevado grau de instabilidade de rendimento (produção e remuneração). Para muitos, é uma agricultura pouco motivadora,

FIGURA 4
Agricultura tradicional vs agricultura moderna



mas com uma forte carga afetiva e mesmo idílica que os leva a quererem dar continuidade e preservar (em caso de herança), ainda que sempre como atividade secundária. Um dado importante é a associação que os jovens fazem entre esta agricultura e a obtenção de produtos de elevada qualidade.

“Os campos são pequenos para se poder usar máquinas. E sem mecanização não pode haver agricultura.”

“Os alimentos não são tão perfeitos, mas a qualidade é melhor.”

“É tudo à mão.”

“A minha avó sempre disse que gostava que eu tomasse conta das coisas que eram dela.”

“Se não quiseres seguir a agricultura, não sigas. Mas também não quero que abandones os meus campos, que os deixes descuidados. Porque foi fruto de muito trabalho.”

AGRICULTURA MODERNA

Para estes jovens, a agricultura moderna é uma agricultura praticada em parcelas de grande dimensão, com recurso a um bom nível de tecnologia e levada a cabo por uma mão de obra mais jovem e especializada. Indicam também que se trata de uma agricultura mais rentável, virada para produções maiores e para a qual é necessário um investimento elevado. Curiosamente, e à semelhança do que foi possível obter para a agricultura tradicional, ainda que em sentido contrário, os jovens referem tratar-se de uma agricultura que conduz a produtos de menor qualidade.

“No supermercado, por exemplo, colocam a fruta brilhante e isso deriva de fertilizantes e de certos tratamentos”

“Enquanto as quintas grandes usam mais fertilizantes e é tudo mais artificial, as outras mais pequenas são melhores.”

“É preciso saber gerir.”

“Mais especializado.”

“Se for uma marca que exporte vários produtos, pensamos em tecnologias mais avançadas para poder ter uma melhor produção.”

“Porque não há dinheiro. Não há sequer para começar. Porque é preciso muito dinheiro. Há incentivos, mas depois acabam. Quando há subsídios planta-se. Quando acabam, acabou.”

“Para ganhares muito tem de ser uma agricultura moderna.”

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos neste trabalho trouxeram informações relevantes sobre as relações e associações que os jovens estabelecem entre as várias dimensões da agricultura. A proximidade/familiaridade com o objeto ‘agricultura’, e o modo como lhes chegou a informação sobre o mesmo, parece ser determinante na construção de imagens e no desenvolvimento do interesse por esse objeto, devendo por isso ser cuidadosamente analisada a sua influência para procurar entender as implicações que possa produzir no afastamento ou não dos jovens em relação a esta área.

Nesta fase foi possível verificar uma familiaridade crescente com a agricultura quando se vai do distrito mais litoral (Porto) para o mais interior (Bragança), traduzida por um vocabulário mais rico e diversificado sobre a atividade, que certamente resultará do contacto mais próximo com a realidade agrícola (nos distritos mais a litoral, a informação provém essencialmente da televisão e da internet; e nos mais interiores, provém mais do contacto com familiares que detêm pequenas hortas ou terrenos).

A própria ancoragem ao tema agricultura verificou-se mais ‘débil’, ou quase inexistente, nos grupos mais afastados do meio rural, que tiveram mais dificuldades em objetivar o seu pensamento sobre esta atividade. Foi, aliás, revelador constatar que a conversa em grupo com jovens de zonas mais urbanas fluía com mais dificuldade e com menos ‘ritmo’ do que nas zonas mais rurais, já que os jovens das zonas urbanas demoravam mais tempo até formularem uma ideia, sugerindo que estavam a refletir sobre o objeto pela primeira vez. Poderá concluir-se que, neste caso, e uma vez que alguns dos jovens não tinham até àquele momento produzido qualquer representação sobre a agricultura, não se podia estabelecer uma relação entre esta e um maior ou menor interesse pela atividade.

Dentro dos distritos com maior ruralidade foi, por sua vez, possível constatar pensamentos e reflexões díspares entre os jovens, consoante o contacto

prévio com a agricultura: contacto com explorações de maior dimensão e maior presença de máquinas conduziram a uma imagem de uma agricultura rentável e a uma possibilidade de futuro, enquanto o contacto com pequenas explorações e predomínio de trabalho manual levou a classificá-la como uma atividade pouco lucrativa e pouco atrativa. Estes resultados vão ao encontro do conceito sociocognitivo de representações sociais, em que o contexto sociocultural é determinante no modo como o indivíduo se apropria do objeto (Abric, 1994), assim como às funções das representações que o mesmo autor refere, nomeadamente as funções de justificação e de orientação. O jovem justifica o seu interesse, comportamento e atitude relativamente a um objeto com base na representação que construiu sobre ele, desenvolvendo uma ação sobre o mesmo conforme esse interesse (função de orientação).

Também noutros estudos sobre representações sociais (Valle *et al.*, 2021), os resultados mostram que os jovens são influenciados, nas suas conceções sobre agricultura, pelos familiares e pela comunidade em que se encontram inseridos. As experiências transmitidas pelos avós agricultores e a observação e constatação do seu estilo de vida, assim como de toda a envolvência paisagística, económica e social em que desenvolvem a atividade, influenciam essas conceções. E essa proximidade ao objeto agricultura é determinante na construção de imagens sobre a mesma.

Se a aproximação/contacto se der num contexto de uma agricultura mais desenvolvida e com recurso a tecnologia, será essa a conceção/ideia que se vai formando sobre a mesma; se o contacto for com uma pequena agricultura de subsistência, será essa a imagem que vai prevalecer. Essas imagens resultam, por sua vez, noutras relativamente à qualidade dos produtos obtidos nas diferentes formas de agricultura (como mais naturais ou artificiais) e à dureza do próprio trabalho.

Estes resultados vão ao encontro daqueles obtidos por Michel-Guillou (2010), que destaca que o tipo de práticas agrícolas influencia a imagem construída sobre a agricultura (atividade económica *versus* atividade agroambiental) e sobre quem a pratica (com maior ou menor conhecimento agronómico).

O tipo de agricultura praticada sugere, aliás, diferentes imagens sobre quem a pratica (aspeto visual, remuneração, estrato social e habilitações académicas), assim como sobre a sua importância económica e social, que os jovens traduzem muitas vezes pelo conceito de prestígio, conceito que se cruza com a função identidade atribuída às representações sociais por Abric (1994) e que, neste estudo, os jovens traduzem várias vezes através das expressões “não tem a ver comigo” ou “não me identifico com essa atividade”.

Associado à atividade agrícola está sempre também o meio em que esta se desenvolve, no que diz respeito à presença de serviços, comércio e atividades

de lazer a que os jovens dão toda a importância. Rye (2006), em entrevistas a jovens do secundário acerca do entendimento sobre o mundo rural, obteve diferentes visões (mais ou menos idílicas e de maior ou menor modernidade e sofisticação) sobre o mesmo, que se traduziam num maior ou menor interesse por nele habitar e/ou trabalhar.

A própria vontade de mudança do meio rural para o meio urbano, observada entre a maioria dos jovens (com exceção dos que habitam na cidade do Porto), parece revelar não apenas que a desejam porque há mais oportunidades de emprego nos centros urbanos, mas igualmente porque o trajeto contrário significaria um trajeto de insucesso, já que representam a agricultura, o meio onde ela se desenvolve e quem a pratica como a antítese da modernidade (à semelhança do que foi referido no estudo de Bonomo *et al.*, 2017), sendo muitas vezes impulsionados pelos próprios familiares a abandoná-lo pelas vivências difíceis que estes tiveram nesse meio e particularmente nessa atividade, perspectiva que ajuda também a explicar a influência dos fatores e das relações sociais na criação de significados e na produção de representações sociais, como foi referido por Castro (2014).

Por fim, e não menos importante, a história e a cultura de um país marcam as diferentes gerações e as suas imagens, leituras e atitudes relativamente à realidade em que vivem. Figueiredo (2018) refere a ideologia do ruralismo do Estado Novo e as políticas repetidamente negligentes tomadas relativamente às áreas rurais como as responsáveis pelas representações sociais construídas sobre o mundo rural, ambas conduzindo à construção de uma imagem de atraso e de abandono dessas áreas, por parte da opinião pública e da população em geral.

Dentro da população, os jovens serão particularmente sensíveis a essas representações já que não terão tendência a projetar o seu futuro em áreas que consideram ‘atrasadas’ e às quais associarão, por inerência, atividades pouco sofisticadas e com as quais não se identificam, regressando à função de identidade das representações sociais avançada por Abric (1994).

Ressalve-se que este trabalho foi a primeira fase de um estudo mais amplo, tendo servido essencialmente para a identificação de hipóteses a testar através da realização de inquéritos estruturados a uma amostra de estudantes maior e mais diversificada. Os grupos focais serviram, assim, como uma primeira fase exploratória e complementar do estudo, com o objetivo de produzir questionários que se aproximem mais da linguagem e do universo de ideias, conceitos e imagens dos jovens sobre agricultura. Esses questionários irão ser realizados nas mesmas escolas, de forma mais massiva. A análise dos resultados dos questionários permitirá uma reflexão mais profunda e consistente sobre as representações sociais produzidas pelos jovens relativamente

à agricultura e às eventuais implicações das mesmas no presente e no futuro desta atividade.

Este estudo pretende trazer uma perspetiva, ainda pouco ou nada abordada até ao momento em Portugal, sobre o modo como os jovens em idade escolar pensam, imaginam e constroem ideias sobre a agricultura; não apenas os jovens do meio rural ou com ligações à atividade, mas todos os que terão de, num determinado momento, escolher uma área de trabalho que mais os alicie. Para isso, recorre-se a uma área da psicossociologia (as representações sociais) que, acedendo ao pensamento dos jovens sobre a agricultura e sobre o que terá influenciado a construção desse pensamento, poderá ajudar a perceber o seu maior ou menor interesse ou afastamento pela mesma.

Havendo falta de mão de obra jovem ligada à agricultura nos seus mais variados ramos, este estudo coloca o foco no modo como eles pensam (e se pensam) esta atividade, sendo óbvio que a maior ou menor atração dos jovens por este setor será determinante para o futuro ‘desenho’ da agricultura a nível nacional.

O estudo poderá ajudar a identificar eixos de ação, quer no campo das políticas de educação (nomeadamente a revisão dos conteúdos escolares sobre o tema, novas abordagens ao mesmo em meio escolar, troca de experiências com profissionais, estágios em contexto agrícola e rural, etc.), quer noutros que possam potenciar o interesse pela agricultura (salários e rendimentos, ligação com as áreas do ambiente e da paisagem, formação contínua, acesso a tecnologia, articulação com o turismo, serviços e infraestruturas, saúde e qualidade de vida, etc.) que ajudem a reverter a tendência para o envelhecimento da população neste setor, permitindo ao mesmo tempo torná-lo mais competitivo e sustentável. Embora muitas medidas tenham vindo a ser propostas e implementadas ao longo dos anos, a taxa de renovação do setor mantém-se muito baixa, pelo que este estudo propõe trazer uma nova luz sobre esta problemática, escutando os jovens e tornando-os parte ativa da reflexão.

Como síntese final, o trabalho já realizado aponta para uma influência dos contextos dos jovens – social, económico e geográfico – na construção das suas representações sociais sobre a agricultura, com consequências num maior ou menor interesse pela mesma. É, por isso, absolutamente essencial que este estudo se estenda de futuro a outras regiões do país, com diferentes características, ampliando a reflexão sobre o objeto e permitindo entender melhor que componentes das representações sociais se destacam e evidenciam mais num meio do que noutro e porquê.

Por outro lado, os resultados apontam, na maioria dos casos, para um contacto muito superficial e desfocado do objeto, o que sugere que seria importante que este surgisse mais cedo, mais frequentemente e com uma imagem

e modos de comunicação mais apelativos, capazes de captar a atenção da população jovem. A escola é o lugar privilegiado para o fazer, sendo de todo o interesse experimentar esta possibilidade/hipótese em escolas-piloto, não podendo descurar-se a importância de todos os outros meios e plataformas através dos quais os jovens recebem informações.

Este estudo levantou também outras questões com relevância, nomeadamente quanto à diferenciação que os jovens estabeleceram entre dois tipos de agricultura (tradicional e moderna), que poderá ser mais bem entendida à luz das representações sociais e ajudar, eventualmente, a prever tendências no desenho futuro da agricultura.

O estudo das representações sociais revela-se como um importante instrumento para aceder à construção do pensamento de grupos e indivíduos, neste caso os jovens em idade escolar, e desse modo ao entendimento da forma como os valores e interesses das sociedades se movem, constroem ou dissolvem num determinado tempo e espaço, trazendo ora novas problemáticas, ora novas soluções, sendo certo que os indivíduos que as constituem são simultaneamente influenciáveis e influenciadores das suas dinâmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J.-C. (1994), *Pratiques sociales et représentations*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BARR, N. (2014), “New entrants to Australian agricultural industries. Where are the young farmers?”, Canberra, Rural Industries Research and Development Corporation.
- BATISTA, F. O. (2023), “A agronomia, notas para um debate”. *Revista Ingenium*, 181, <https://www.or demengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/publicacoes/revista-ingenium/ingenium-n-181-edicao-de-julho-agosto-setembro-de-2023/>.
- BENAYAS, R. J., MARTINS, A., NICOLAU, J. M., SCHULZ, J. J. (2007), “Abandonment of agricultural land: an overview of drivers and consequences”. *CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources*, 2 (57).
- BONOMO, M., SOUSA, L., EPIFANIO, P. Z., TRINDADE, Z. A. (2017), “Social representations and rural sociability among farmers of a rural community”, *Psico-USF, Bragança Paulista*, 22 (2), pp. 235-248.
- BRONDI, S., SARRICA, M., CIBIN, R., NERESINI, F., CONTARELLO, A. (2012), “The Chiampo River 30 years later: long-term effects of environmental regulations on social representations”. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 22, pp. 283-299.
- BUCCI, G., BENTIVOGLIO, D., FINCO, A. (2018), Precision agriculture as a driver for sustainable farming systems: state of art in literature and research. *Quality. Access to Success*, 19, pp. 114-121, <https://www.researchgate.net/publication/324212481>.
- CABECINHAS, R. (2009), “Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise”. In Baptista, M. M. (ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa, Verso Edições, pp. 51-66.
- CARVALHO, V. C. (2018), *Contributos para a Adaptação Portuguesa do EXPLORA – Questionário para a Orientação de Carreira. Variáveis Demográficas e Interesses Vocacionais*. Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.
- CASTRO, P. (2002), “Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici”. *Análise Social*, xxxvii (164), pp. 949-979.
- CASTRO, P. (2014), “The approach of social representations to sustainability: researching time, institution, conflict and communication”. In G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell e J. Valsiner (eds), *Handbook of Social Representations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- COMISSÃO EUROPEIA (2017), “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. O futuro da alimentação e da agricultura”. Bruxelas, COM (2017), 713 final.
- EUROPEAN PARLIAMENT, 2014, *Precision Agriculture: An Opportunity for EU Farmers – Potential Support with the CAP 2014-2020*, Estrasburgo, Policy Department Structural and Cohesion Policies. Agriculture and Rural Development.
- FERN, E. F. (2001), *Advanced Focus Group Research*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- FIGUEIREDO, E. (2018), “Entre o abandono e o idílio – representações sociais dos territórios rurais em Portugal”. *Cultivar, Cadernos de Análise e Prospectiva*, 11.
- FILHO, L. W., MANDEL, M., AL-AMIN, A., FEHER, A., JABBOUR, C. J. C. (2016), “An assessment of the causes and consequences of agricultural land abandonment in Europe”. *International Journal of Sustainable Development and World Ecology*, 24 (6), pp. 554-560.
- GABINETE DE PLANEAMENTO, POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL (GPP) (2017), *Análise Sumária da Evolução das Características Estruturais das Explorações Agrícolas. Inquérito*

- à *Estrutura das Explorações Agrícolas 2016*, Lisboa, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.
- GARNIER, C. (2000), "Contribution de la théorie des représentations sociales au champ de l'éducation relative à l'environnement". *Les dossiers des sciences de l'éducation*, 4, pp. 23-41, <https://doi.org/10.3406/dsedu.2000.931>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2016), *Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019), *Recenseamento Agrícola, Análise dos Principais Resultados*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- JODELET, D. (1989), *Les représentations sociales*, Paris, Presses Universitaires de France.
- JOVCHELOVITCH, S. (2007), *Knowledge in Context: Representations, Community and Culture*, Londres, Routledge.
- KEENLEYSIDE, C., TUCKER, G. (2010), *Farmland Abandonment in the EU: An Assessment of Trends and Prospects. Report Prepared for WWF*, Londres, Institute for European Environmental Policy.
- KRUEGER, R. A., CASEY, M. A. (2000), *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*, 3.^a ed., Thousand Oaks, Sage Publications.
- LEAVY, J., SMITH, S. (2010), *Future Farmers: "Youth Aspirations, Expectations and Life Choices"*, Discussion Paper 013, www.future-agricultures.org.
- LIAMPUTTONG, P. (2010), *Focus Group Methodology: Introduction and History*, Londres, Sage Publications, <https://dx.doi.org/10.4135/9781473957657>.
- LOUÉ, C., SARROUY-WATKINS, N. (2020), "L'impact des représentations sociales d'un secteur d'activité sur le comportement entrepreneurial: le cas des étudiants d'une école spécialisée en hôtellerie restauration". *Projectique*, 1 (25), pp. 67-89, <https://www.cairn.info/revue-projectique-2020-1-page-67.htm>.
- MATTE, A., MACHADO, J. A. D. (2016), "Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no Sul do Brasil". *Revista de Estudos Sociais*, 37 (18), pp. 130-151, <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.
- MICHEL-GUILLOU, E. (2010), "Agriculteur, un métier en mutation: analyse psychosociale d'une représentation professionnelle". *Bulletin de psychologie*, 1 (505), pp. 15-27.
- MILLER, L. (2010), "Young farmers: the future of agriculture", Report of the Standing Committee on Agriculture and Agri-Food Chair. 40th Parliament, 3rd session, Ottawa, House of Commons.
- MOREIRA, F., RUSSO, D. (2007), "Modelling the impact of agricultural abandonment and wildfires on vertebrate diversity in Mediterranean Europe", *Landscape Ecology*, 22, pp. 1461-1476.
- MOSCOVICI, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*, Paris, Presses Universitaires de France.
- MOSCOVICI, S. (1978), *A Representação Social da Psicanálise*, Rio de Janeiro, Zahar.
- MOSCOVICI, S. (2000), *Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social*, Petrópolis, Editora Vozes.
- POINTIEREAU, P., COULON, F., GIRARD, P., LAMBOTTE, M., STUCZYNSKI, T., SÁNCHEZ ORTEGA, V., DEL RIO, A. (2008), *Analysis of Farmland Abandonment and the Extent and Location of Agricultural Areas that Are Actually Abandoned or Are in Risk to Be Abandoned*, Ispra, Institute for Environment and Sustainability, Joint Research Centre, European Commission.
- PRETTY, J. (2007). "Agricultural sustainability: concepts, principles and evidence". *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 363, pp. 447-465.

- RYE, J. F. (2006), “Rural youths’ images of the rural”. *Journal of Rural Studies*, 22, pp. 409-421.
- SONNINO, A. (2011). “A inovação na agricultura: chave para vencer os desafios da segurança alimentar e das mudanças climáticas”, *Agrária*, São Paulo, 15, pp. 71-85.
- SOTTOMAYOR, M., TRANTER, R., COSTA, L. (2010), “Likelihood of succession and farmers’ attitudes towards their future behaviour: evidence from a survey in Germany, the United Kingdom and Portugal”. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 18 (2), pp. 121-133.
- SPECHT, K., SIEBERT, R., HARTMANN, I., FREISINGER, U. B., SAWICKA, M., WERNER, A., THOMAIER, S., HENCKEL, D., WALK, H., DIERICH, A. (2013), “Urban agriculture of the future: an overview of sustainability aspects of food production in and on buildings”. *Agriculture and Human Values*, 31, pp. 33-51.
- SPINK, M. J. P. (1993), “O conceito de representação social na abordagem psicossocial”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 9 (3), pp. 300-308.
- SU, G., OKAHASHI, H., CHEN, L. (2018), “Spatial pattern of farmland abandonment in Japan: identification and determinants”. *Sustainability*, 10 (3676).
- VALLE, P., CHAMON, E. M. Q. O., SUAVE, A. M., RODRIGUES, A. M. (2021), “Representações sociais sobre agricultura familiar para alunos de licenciatura em educação do campo residentes da zona rural”. *Revista Retratos de Assentamentos*, 24 (2).
- WHITE, B. (2012), “Agriculture and the generation problem: rural youth, employment and the future of farming”. *IDS Bulletin*, 43 (6).
- WIDIYANTI, N., SETYOWATI, N., ARDIANTO, D. T. (2018), “Young generation’s perception on the agricultural sector”. *IOP Conference Series Earth and Environmental Science*, 200 (1).

Recebido a 06-01-2023. Aceite para publicação a 20-02-2024.

CARDOSO, A. R. P., FONSECA, C., CRISTÓVÃO, A. (2025), “Representações sociais sobre a agricultura de jovens em idade escolar no Norte de Portugal: estudo-piloto com jovens em escolas de diferentes contextos”. *Análise Social*, 255, LX (2.º), e2304. <https://doi.org/10.31447/202304>.

Ana Rute Pimenta Cardoso » anarutepc@gmail.com » Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro » Polo II do ECHS, Quinta de Prados — 5000-801 Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-3742-9340>.

Carlos Fonseca » cfonseca@utad.pt » Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro » Quinta de Prados — 5000-801 Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0003-3324-6982>.

Artur Cristóvão » acristov@utad.pt » Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro » Quinta de Prados — 5000-801 Vila Real, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-8501-5169>.
